

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.580 - RS (2019/0232020-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A  
ALESSANDRA FAGUNDES ATIENSE - RS070188  
GISELA VIEIRA LORENZONI - RS067350  
**AGRAVADO** : GUILHERME WUNDER  
**ADVOGADOS** : VILSON ONZI - RS045089  
VITOR TONETTA ONZI - RS059785

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fls. 541/542):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM. IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

MULTA FIXADA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Inclusão no cálculo. Ausência de interesse recursal.

GRUPAMENTOS ACIONÁRIOS. FATOR DE INCORPORAÇÃO. A decisão em cumprimento determinou a conversão da obrigação em indenização multiplicando-se as ações a serem complementadas pela maior cotação das ações da CRT e da Celular CRT. Em virtude disso as modificações das sociedades empresárias, bem como os grupamentos acionários, não influenciam no cálculo, porquanto adotada a maior cotação, o que significa que a conversão foi realizada em momento anterior.

COTAÇÃO DA AÇÃO. O cumprimento de sentença deve seguir os parâmetros estritamente delineados pelo título executivo judicial, sob pena de violação à coisa julgada.

Caso concreto o título executivo determina a utilização da maior cotação em Bolsa de Valores. Ausência de elementos probatórios de que os valores utilizados pela Contadoria Judicial não correspondam àquele critério.

JUROS DE MORA. TERMO INICIAL E PERCENTUAL.

No caso em concreto, o título em cumprimento impôs a incidência de juros de mora, no percentual de 1%, a partir da cotação das ações. Eficácia da coisa julgada. Impossibilidade de rediscussão em sede de

# *Superior Tribunal de Justiça*

cumprimento de sentença.

LEVANTAMENTO DE VALORES. Constatado que os valores foram reconhecidos parcialmente como incontroversos pela executada, e que a garantia judicial daquele ocorreu em data anterior a 21.06.2016, ainda que a decisão da impugnação ao cumprimento de sentença não tenha transitado em julgado, deve ser permitido o prosseguimento do feito a fim de ser autorizada a expedição de alvará do valor consolidado, por estar de acordo com a decisão dos Embargos de Declaração ao acórdão da 8ª Câmara Cível Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, proferido no exame do Agravo de Instrumento nº 0034576-58.2016.8.19.0000.

Recurso parcialmente provido no ponto.

AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA, PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 575/581).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre a arguição de que "o caso não retrata nenhuma das hipóteses de exceção de levantamento de valores prevista pelo Juízo Universal" (fl. 591).

No mérito, argui violação dos arts. 6º, 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005, alegando que "inadmissível o levantamento de valores em processo cuja liquidez dar-se-á após a RJ" (fl. 591); e que "para que seja averiguado se o crédito (...) será concursal ou extraconcursal não deve o juízo limitar-se a análise da data da constituição formal do título executivo" (fl. 603).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos

# *Superior Tribunal de Justiça*

considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

No mais, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento concluiu pela possibilidade de levantamento dos valores em discussão, assim se pronunciando (fls. 550/552):

A orientação da Presidência deste Tribunal de Justiça no Ofício-Circular nº. 093/2016-CGJ, aqui adotada, acerca da suspensão em decorrência da recuperação judicial da OI S/A e demais sociedades empresárias vinculadas, em virtude da decisão proferida em 29.06.2016 pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro - RJ, a teor do art. 6º, §4º, c/c o art. 52, III, ambos da Lei nº 11.101/2005, assim está disposta:

“Oriente, ressalvado entendimento jurisdicional diverso, sejam suspensas todas as ações e recursos, execuções e atos tendentes à constrição de bens das recuperandas, que versem sobre o bloqueio ou penhora da quantia, ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes ou interfiram na posse de bens afetos à sua atividade empresarial.

Outrossim, informo que a referida suspensão não abrange ações de conhecimento ou impugnações ao cumprimento de sentença até o trânsito em julgado da decisão, pois ainda não estabelecida a efetiva existência ou liquidez do crédito, devendo tais efeitos ser suspensos na fase de realização de eventual constrição judicial.” [g.n.]

Ainda deve ser considerada a decisão proferida em 22/11/16, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0034576-58.2016.8.19.0000, no qual foi parcialmente provido, com a ressalva de que a suspensão não alcança os valores depositados pelas recuperandas antes de 21/06/2016, em face de execuções já consolidadas, nos seguintes

# Superior Tribunal de Justiça

termos:

(...) Diante do exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO e PARCIAL PROVIMENTO do recurso, revogando o efeito suspensivo concedido, para que a suspensão das ações e execuções, extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, determinada pelo juiz a quo, não alcance o levantamento de valores depositados pelas recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento, bem como os valores depositados antes da aludida data em execuções nas quais tenha se dado a preclusão ou o trânsito em julgado da sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença, permitindo-se, nestes casos, o levantamento.

(...) (*sic*).

Da citada decisão foram opostos embargos de declaração, restando explicitado que (...) a suspensão não atinge os valores depositados anteriormente a 21.06.2016 e a data do trânsito em julgado dos embargos à execução, ou preclusão da decisão impugnação ao cumprimento de sentença seja também anterior a 21.06.2016, como segue:

“Dessa forma, insista-se, a suspensão não atinge os valores espontaneamente depositados antes de 21/06/2016, com a finalidade de pagamento, bem como os valores objeto de constrição judicial cuja discussão da matéria tenha se esgotado, seja pelo trânsito em julgado dos embargos à execução, seja pela preclusão da decisão da impugnação, antes de 21/06/2016, independentemente, de certidão cartorária, diferindo, assim, a decisão embargada da decisão originalmente recorrida e provendo o esclarecimento ao ofício de fl. 337.”

Cabe frisar que, embora o plano de recuperação judicial tenha sido aprovado em 08.01.2018, não mais subsistindo a determinação da suspensão dos processos, persiste a orientação acima no que tange aos critérios adotados para eventual liberação de valores, conforme reafirmado pelo Ofício nº 249/2018 do juízo do Rio de Janeiro, encaminhado à Presidência desta Corte, em 13.03.2018.

Em 03/2014 houve penhora da quantia de R\$ 38.713,86, e- fls.

# *Superior Tribunal de Justiça*

261-268. Por ocasião da impugnação ao pedido de cumprimento de sentença, a agravante voluntariamente admitiu como devida a quantia de R\$4.760,00, e-fl. 287, sendo, portanto, tal montante incontroverso e consolidado desde aquela data.

Assim, constata-se que a discussão em relação ao valor incontroverso estava esgotada desde antes de 21.06.2016, pois reconhecido pela Companhia como sendo o efetivamente devido, estando, desse modo, a decisão recorrida em consonância com o que decidido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte. No mesmo sentido: AREsp nº 1.559.646/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 1º/10/2019; e, AREsp nº 1.352.965-RS, Rel. Ministro Raul Araújo, DJe de 3.6.2019.

Acrescente-se que não foram devidamente impugnadas as razões expostas pela origem, não havendo a recorrente combatido a afirmação de que a possibilidade de levantamento dos valores depositados espontaneamente teve por base o AI.0034576-58.2016.8.19.0000, do TJRJ (no âmbito do processo da recuperação judicial da devedora). Assim, inviável o provimento do especial, também, por aplicação da Súmula 283/STF.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora